

UM OLHAR ACERCA DO CONHECIMENTO E DA APLICABILIDADE DA LEI 10.639/03 COM PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL DA EMEI JOSÉ PERBOYRE SAMPAIO SABIÁ.

IldérykaSeny Abrantes da Costa

RESUMO

Antes da aprovação da lei 10.639/03, que torna obrigatório o ensino da cultura afro-brasileira e africana nos currículos da Educação básica, não havia nada que garantisse que esses temas fossem tratados nas salas de aula. Essa lei é resultado de movimentos e lutas sociais. Esse texto apresenta resultados de uma pesquisa sobre o conhecimento da Lei 10.639/03 com professores da Educação Infantil da EMEI JOSÉ PERBOYRE SAMPAIO SABIÁ, na cidade de Juazeiro do Norte-Ce, com o objetivo de compreender como os professores da Educação Infantil da referida escola abordam o ensino a cultura Afro-brasileira e africana nas suas turmas. O processo se deu a partir de uma entrevista semiestruturada, aplicada durante o momento de planejamento. Os dados foram coletados e dispostos para análise à luz de documentos oficiais tais como as Diretrizes Oficiais para a Educação Étnico-racial, Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional, dentre outros. Verificamos assim, a necessidade urgente dos professores compreenderem a real importância desta lei, para que, desde cedo, as crianças conheçam e aprendam a história do seu país, o significado de diversidade e tornem-se adultos livres de preconceito e racismo.

Palavras-chave: Lei 10.639/03, professores da Educação Infantil, aplicabilidade.

1. INTRODUÇÃO

É nos primeiros anos de vida que a criança começa a criar uma identidade, é nesta fase da vida que ocorrem descobertas que as colocam em contato com outras crianças de diferentes classes sociais e as mais variadas etnias.

Na educação Infantil a criança tem o primeiro contato com o mundo exterior, fora do ambiente familiar, propiciando o desenvolvimento integral do indivíduo em seus aspectos físicos, psicológico, intelectual e social, isso demonstra a importância desse período escolar no crescimento e formação do indivíduo, fazendo-se necessário um conhecimento sobre relação social, comportamento e respeito para com o outro, manifestando sempre a necessidade de respeitar a diversidade que na maioria das vezes não é trabalhado na escola.

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil aborda cinco princípios: valorização da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade, **do** respeito ao bem comum, ao meio ambiente e as diferentes culturas, identidade e singularidade. E segundo a Lei de Diretrizes e Bases em seus artigos 1º, 2º e 3º resume a educação como um processo formativo que perpassa o seio da família, escola e sociedade, devendo ser pautado em uma visão solidária, promovendo cidadania, além de especificar que o ensino deve ser voltado para a liberdade de ensinar e aprender, pluralismo de ideias, respeito e tolerância.

Em suma, trabalhar os mais diversos conteúdos que agrega humanismo, respeito e conhecimento sobre nossa origem e miscigenação são de importância vital para uma educação justa e igualitária.

Com a lei 10.639/03, a qual introduz nos currículos escolares os conteúdos de história, cultura africana e afro-brasileira, observa-se a necessidade de um novo olhar sobre o currículo educacional, apesar de a lei existir há 20 anos, só agora esta começando a ser praticada. Tendo isso em vista, é importante que as unidades escolares realizem projetos que contemplem a diversidade étnico-racial, inserindo o tema no projeto político pedagógico (PPP), assim como no regimento escolar. A escola é o campo mais fértil para debater temas como cultura africana e afro-brasileira envolvendo não só as crianças, mas toda a comunidade escolar, além das famílias.

Dada à importância dessa temática, as práticas pedagógicas vivenciadas e desenvolvidas na escola devem percorrer por temas que favoreçam e contribuam para a formação humana, como é o caso das relações sociais. A diversidade cultural se faz presente constantemente, portanto faz-se necessário inserir temas de impacto social, fazendo com que as crianças, conheçam desde cedo, sua história, sua cultura, seu povo.

Diante do exposto o objetivo deste escrito científico é averiguar o conhecimento e a aplicabilidade da lei 10.639/03 na educação infantil, em especial na EMEI JOSÉ PERBOYRE SAMPAIO SABIA, no município de Juazeiro do Norte, Ceará.

Para isso um estudo, através de pesquisa, foi realizado com 12 professoras da escola acerca do referido tema.

2. REVISÃO DA LITERATURA

A Lei 10.639/03 é resultado de mais uma vitória de luta das minorias marginalizadas. No artigo 1º da referida Lei, diz: “Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre história e cultura afro-brasileira”. Apesar de no seu texto oficial a lei contemplar apenas o ensino fundamental e médio, entende-se que a lei não deve ficar restrita apenas a estas etapas, pois é justamente nos sete primeiros anos de vida que o indivíduo forma seu caráter, e é justamente o período em que está inserida a etapa da Educação Infantil (2 a 5 anos). No entanto, mesmo 20 anos depois, a sociedade ainda caminha a passos lentos no tocante a sua aplicabilidade, pois não adianta a lei existir e não termos recursos para aplicá-la, começando pela formação continuada de professores e em seguida o material didático-pedagógico. Vale a pena ressaltar, que a Lei só foi sancionada depois de lutas e movimentos sociais.

A dívida que temos com o povo africano é imensa, nós vivemos com os resquícios da escravidão de um país que foi um dos últimos a abolir a escravidão sendo um dos que mais recebeu africanos escravizados. A aplicabilidade da lei é um passo importante e necessário para que ao longo dos anos, construamos uma sociedade livre de preconceito e conhecendo a fundo a história e a importância dos negros africanos para a formação do nosso país. No livro ESCRAVIDÃO, de Laurentino Gomes, ele afirma que “a África continua dentro do Brasil”, forte e predominante, como sempre esteve. E diz:

O Brasil foi o maior território escravista do hemisfério ocidental, por quase três séculos e meio. Recebeu sozinho, quase cinco milhões de africanos cativos, 40% do total de 12,5 milhões embarcados para a América. Como resultado, é atualmente o segundo país de maior população negra ou de origem africana do mundo. O Brasil foi também a nação que mais tempo resistiu a acabar com o tráfico negreiro e o último a abolir oficialmente o cativeiro no continente americano, em 1888.

Aplicar a lei é um das formas para começarmos a diminuir essa dívida para com os africanos escravizados, iniciando com uma mudança de postura dos professores, seja qual for a etapa de ensino, eles precisam construir um novo olhar, conhecer a fundo nossa história, passada de forma tão eurocêntrica, onde o negro é visto sempre como ser inferior e o branco como herói. E não há outro ambiente para começar esse processo que não seja na escola, estendendo-se para a família e para a sociedade em geral.

Toda a história de resistência, luta, sofrimento, crueldade, contribuição, foram silenciadas e abafadas pelos livros de história, onde se conhecia uma história superficial, ressaltando sempre a figura do europeu, contribuindo para o preconceito e racismo existente na nossa sociedade. Portanto, faz-se necessário urgentemente, a efetivação da

Lei 10.639/03, para que futuramente essa cultura estereotipada e enraizada seja modificada, mesmo a longos passos.

3. METODOLOGIA

Esta pesquisa é dividida em duas etapas. Na primeira foi realizada a entrevista **individual**, em seguida a coleta de dados. Para realizar esta pesquisa foi feita uma entrevista semiestruturada sobre o conhecimento e a aplicabilidade da Lei Federal 10.639/03 nas salas de Educação Infantil com os professores da EMEI José Perboyre Sampaio Sabiá, no município de Juazeiro do Norte-Ce e se a escola possui projetos sobre o tema e também se contempla a diversidade étnico racial nos espaços físicos. A ação se deu durante o momento de planejamento das professoras. Os dados foram coletados e dispostos para análise à luz de documentos oficiais, tais como as Diretrizes Oficiais para a Educação Étnico-Racial, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, dentre outros.

A pesquisa utilizar-se-á de entrevista realizada com 12 professoras atuantes na rede municipal de ensino de Juazeiro do Norte/Ce. Estas entrevistas permitiram analisar, examinar e levantar questões a respeito dos conhecimentos das educadoras em relação a Lei, se a unidade Escolar em questão contempla a diversidade étnico-racial e se a proposta curricular inclui a lei 10.639/03. Observando a tabela a seguir, percebe-se o estado atual de conhecimento e aplicabilidade da lei 10.639/03.

Quadro 1: perguntas elaboradas para a entrevista. Dados coletados no planejamento coletivo.

Qte de professores	Professores entrevistados	Nº de perguntas	Já participou de formação continuada sobre o tema	A proposta curricular da escola inclui a lei 10.639/03	Na unidade escolar existe realização de projetos sobre o tema	Os espaços e murais da escola contemplam a diversidade étnico-racial	Já trabalhou esse tema na sala de aula	Conhece a lei 10.639/03	Já presenciou algum tipo de preconceito ou racismo entre as crianças	Já presenciou entre a equipe escolar algum tipo de preconceito ou racismo	Con sidera esse tema essencial para a formação do ser-humano?
12	10	09	05	10 Responderam SIM	10 responder am SIM	10 responderam SIM	10	10	10 responderam que NÃO	10 responderam NÃO	10respond eram SIM

Fonte: autoria própria

A pesquisa realizada nesse trabalho pode ser considerada como qualitativa. Isto porque o método de coleta de dados pode ser feitos de maneiras variadas, ela ajuda a entender e interpretar comportamentos e tendências. O material documentado, bem como, as respectivas análises será organizado em relatório de pesquisa, componente do estudo que se pretende construir.

4. RESULTADOS

O propósito dessa pesquisa é analisar e constatar como, 20 anos após a Lei Federal 10.639/03, está o processo de implementação, recursos pedagógicos, formações continuadas sobre o tema e se as Unidades Escolares contribuem para sua efetivação de fato da lei. Pode-se perceber pelos resultados obtidos que a maioria das professoras conhecem a Lei federal, mas que nem todas participaram de formação continuada sobre o tema. De acordo com elas, trabalhar essa temática na Educação Infantil é extremamente importante e necessário, levando-se em consideração que a criança está na fase dos primeiros anos de vida, na formação da personalidade, o que torna ainda mais relevante esse tema. Observam-se nos dados coletados que todas as professoras entrevistadas consideram esse tema essencial para a formação do ser humano, que a proposta curricular da escola em que elas estão inseridas inclui a lei 10.639/03.

Sobre ter presenciado alguma tipo de racismo ou preconceito entre as crianças e/ou entre a equipe escolar, todas responderam que nunca presenciaram. As professoras também relataram a importância de investir num suporte pedagógico para complementar o material didático já existente: a Unidade Escolar adota um documento norteador como orientação para as aulas, que são as ORIENTAÇÕES CURRICULARES PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL, mas que as temáticas quase não abordam o assunto. Nos dados coletados, observou-se que todas as professoras conheciam a Lei 10.639/03, mas a maioria não participou de nenhuma formação sobre a mesma.

Há um desejo no corpo docente da EMEI José Perboyre Sampaio Sabiá, de fazer com que as crianças conheçam desde cedo e comecem a tratar o afro-descendente como co-contrutor da cultura e conseqüentemente da história do Brasil. Como diz a professora Maria Rosângela, regente 1 do infantil V e regente 2 do infantil III: *A da Lei 10.639/03, vem tentando desmistificar toda essa questão de nos livros de história aparecer somente o negro na condição de escravo, levando chicotadas, no tronco, etc, tudo isso inferiorizou o africano numa história contada a vida inteira. Como as crianças vão se identificar com um ser humano visto dessa forma? Os negros amarrados e sendo humilhado, o que se deve ficar em evidência é a sua contribuição sua resistência, sua força, sua inteligência, o que deve ficar em evidência é sua cultura e não a sua condição.*

Percebe-se nas palavras da professora o desejo de mudar o antigo conceito sobre os afrodescendentes, um novo olhar sobre os africanos, uma vontade de promover o respeito, o resgate e a valorização dos mesmos. Isso só será possível através da escola, através dos educadores, preparados e prontos para transmitir para a sala de aula uma nova história, para que em longo prazo possamos colher os frutos com uma sociedade livre de preconceito e racismo.

5. CONCLUSÃO

Levando-se em consideração os resultados obtidos, percebe-se que mesmo depois de 20 anos da lei 10.639/03, nossa sociedade ainda caminha a passos lentos, pois, para que sua aplicabilidade seja realmente eficaz, é necessário um conjunto de fatores, como: formação de professores, material didático-pedagógico e acompanhamento aos docentes no tocante às práticas em sala de aula, principalmente na

Educação Infantil, onde o recurso pedagógico é mais escasso e que talvez não é vista como etapa da educação que seja preciso trabalhar esse tema, pois há quem pense que só é necessário a partir do fundamental, o que não é fato. Na escola de Educação Infantil José Perboyre Sampaio Sabiá, onde a pesquisa foi realizada, a maioria das docentes nunca participou de uma formação sobre o tema, ou sobre a lei 10.639/03, apesar de já terem trabalhado esse tema nas salas.

Tentou-se através dessa pesquisa, analisar, detectar e mostrar como a Lei 10.639/03, está sendo aplicada depois de 20 anos, se está sendo efetivamente aplicada ou ainda caminha a passos lentos, fazer com que os docentes atentem para a importância da aplicabilidade da referida lei, fazer com que nossas crianças conheçam, estudem e aprenda sobre seus antecedentes, suas contribuições, sua importância para a formação do povo brasileiro, e desmistifiquem a idéia de que os africanos aceitavam o fato de serem escravizadas, nossas crianças têm que aprender desde cedo que nossos antecedentes africanos são seres humanos que vieram na condição de escravos, fazer com que elas entendam que ninguém nasce escravo e mostrar a importância desse povo para nossa história, e isso só é possível começando pelas escolas, pelos docentes, desde a primeira etapa da educação.

É extremamente importante e indispensável que diante dos argumentos expostos, os docentes se conscientizem de quanto é necessário a aplicabilidade da lei 10.639/03, efetivamente e não apenas no papel.

REFERÊNCIAS

GOMES, Laurentino. **Escravidão:Do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares**, volume 1: Globo livros, 2019.